



Mídia, Educação e Práticas de Inclusão: Fanfiction de Grupos Historicamente Marginalizados

Media, Education and Inclusion Practices: Fanfiction in Historically Marginalized Groups

Vagner Pereira

Ivy Ember Christian University. <http://lattes.cnpq.br/2709028757040283>.

Resumo: Este estudo analisa a fanfiction como prática de alfabetização midiática e como instrumento de inclusão educacional voltado à valorização de narrativas de grupos historicamente marginalizados. O problema que orienta o estudo consiste em compreender em que medida essas produções podem contribuir para processos formativos críticos e inclusivos, articulando cultura digital, políticas públicas e princípios de diversidade no contexto educacional brasileiro. O objetivo é examinar as potencialidades pedagógicas da fanfiction para a promoção de autoria, pertencimento e leitura crítica das mídias. Metodologicamente, trata-se de uma revisão de literatura de caráter qualitativo e interpretativo, realizada a partir de procedimentos de busca, seleção e análise temática de produções acadêmicas e documentos normativos, como a Base Nacional Comum Curricular, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação. Os resultados foram sistematizados em três eixos analíticos: (i) a fanfiction como espaço de autoria, pertencimento e reconhecimento identitário; (ii) a fanfiction como prática de alfabetização midiática, favorecendo competências de leitura crítica, participação e produção ética de sentidos; e (iii) as convergências entre essas práticas e os princípios de diversidade e inclusão presentes nas políticas públicas educacionais. Conclui-se que a integração de fanfictions às práticas pedagógicas amplia possibilidades de aprendizagem colaborativa, fortalece a participação dos estudantes e contribui para a construção de uma educação mais democrática, plural e sensível às diferenças.

Palavras-chave: alfabetização midiática; fanfiction; narrativas marginalizadas; educação inclusiva.

Abstract: This study analyzes fanfiction as a media literacy practice and as an educational inclusion tool aimed at valuing narratives produced by historically marginalized groups. The study addresses the problem of understanding to what extent these productions can contribute to critical and inclusive educational processes by articulating digital culture, public policies, and principles of diversity within the Brazilian educational context. The objective is to examine the pedagogical potential of fanfiction in fostering authorship, a sense of belonging, and critical media literacy. Methodologically, the study adopts a qualitative and interpretative literature review, based on procedures of search, selection, and thematic analysis of academic publications and normative documents, such as the National Common Core Curriculum (BNCC), the National Education Guidelines and Framework Law (LDB), and the National Education Plan (PNE). The results were organized into three analytical axes: (i) fanfiction as a space for authorship, belonging, and identity recognition; (ii) fanfiction as a media literacy practice that promotes critical reading skills, participation, and ethical meaning-making; and (iii) the convergence between fanfiction practices and principles of diversity and inclusion established in educational public policies. The study concludes that integrating fanfiction into pedagogical practices enhances collaborative learning opportunities and supports the development of a more democratic, plural, and inclusive education.

Keywords: media literacy; fanfiction; marginalized narratives; inclusive education.

INTRODUÇÃO

A alfabetização midiática é uma competência que deixou de ser primária e passou a ser de suma importância na sociedade contemporânea, marcada pela existência concomitante e presente em todos os locais das tecnologias digitais e pela multiplicação dos modos de produção e circulação de informação. Vai além de aprender a utilizar ferramentas tecnológicas, ser alfabetizado midiaticamente implica compreender criticamente os discursos que permeiam as mídias, identificar os interesses e ideologias nelas presentes e desenvolver autonomia para criar e compartilhar conteúdos de maneira ética, criativa, única e consciente.

A *fanfiction* emerge como uma prática social e cultural que materializa esse processo de aprendizagem ativa, oferecendo um espaço em que leitura e escrita se fundem em experiências significativas de autoria e participação.

Henry Jenkins (2009) define a cultura participativa como um conjunto de práticas em que os indivíduos consomem e produzem, “remixam”, reorganizam e redistribuem conteúdos midiáticos. Nesse ambiente, os sujeitos são motivados a aprender colaborativamente e a desenvolver competências comunicativas e tecnológicas por meio da interação entre pares.

As *fanfictions*, ao se constituírem como narrativas derivadas que são criadas por fãs, representam uma das manifestações mais expressivas e relevantes dessa cultura participativa. Elas funcionam como laboratórios de escrita, leitura e reflexão, nos quais os participantes exploram temas, linguagens e identidades que raramente encontram espaço na mídia hegemônica ou na literatura tradicional.

Em conjunto com Jenkins, Douglas Kellner (1995; 2018) amplia o conceito de alfabetização midiática ao propor uma perspectiva crítica, voltada para a formação de sujeitos capazes de analisar as mensagens midiáticas como construções ideológicas e culturais. Para Kellner, educar midiaticamente é possibilitar ao indivíduo compreender como o poder e a representação operam nas mídias, reconhecendo que toda produção simbólica envolve disputas de sentido.

David Buckingham (2003; 2019) contribui para ampliar o debate sobre alfabetização midiática ao propor que a educação para as mídias deve ser orientada não apenas ao desenvolvimento de competências técnicas, mas sobretudo ao fortalecimento da leitura crítica e da autonomia dos sujeitos diante da cultura midiática.

Para o autor, a escola precisa reconhecer que os jovens já chegam ao espaço escolar imersos em experiências midiáticas complexas, ou seja, produzem vídeos, interagem em redes sociais e constroem sentidos sobre o mundo através de linguagens híbridas. Assim, o papel da educação não é proibir ou desqualificar essas práticas, mas compreendê-las e integrá-las ao processo formativo, transformando o consumo midiático em oportunidade de aprendizagem e reflexão.

A perspectiva de Buckingham (2003) se relaciona diretamente com Jenkins e Kellner na medida em que também compreende a mídia como um campo de disputa simbólica e de potencial emancipatório. Enquanto Jenkins enfatiza o aspecto colaborativo e comunitário das práticas culturais participativas, Buckingham chama atenção para a necessidade de mediação pedagógica, para a importância de um olhar educacional que transforme a participação espontânea em reflexão crítica. Essa mediação é fundamental para que o engajamento digital não se reduza à reprodução de padrões hegemônicos de consumo, e sim, se converta em experiência de formação cidadã e emancipação social.

Pier Cesare Rivoltella (2008; 2012) aprofunda esse debate ao desenvolver o conceito de media education como campo pedagógico que une as dimensões crítica, ética e estética da relação com as mídias. Para o autor, educar para as mídias é educar para a complexidade, reconhecendo que o sujeito contemporâneo se forma em um ecossistema comunicativo dinâmico, marcado pela fragmentação, velocidade e interatividade. Nessa perspectiva, o papel do educador é promover a “mediação reflexiva”, criando espaços em que o estudante possa consumir ou produzir conteúdo, além de interpretar e problematizar o que produz e consome.

A partir de Rivoltella, é possível compreender a *fanfiction* como um objeto de aprendizagem que une essas três dimensões da educação midiática: o domínio técnico da escrita digital (dimensão instrumental), a reflexão sobre os discursos e representações (dimensão crítica) e a expressão criativa de identidades (dimensão estética e ética).

O encontro entre as perspectivas de Jenkins, Kellner, Buckingham e Rivoltella (2008) revela a potência da *fanfiction* como prática educativa interdisciplinar, que une comunicação, cultura e pedagogia. Ao mesmo tempo em que favorece o exercício da autoria e da participação social, essa prática desafia os modelos tradicionais de ensino, convidando a escola a repensar seus métodos e conteúdos diante das novas formas de produção de conhecimento na era digital.

Nesse sentido, a *fanfiction* consolida-se como fenômeno cultural e uma ferramenta de alfabetização midiática crítica e criativa, essencial à formação de sujeitos inclusivos, autônomos e conscientes do seu papel na sociedade contemporânea. Ela, instantaneamente, torna-se um território fértil e necessário para o exercício da leitura crítica: ao reescrever narrativas, os fãs questionam papéis de gênero, problematizam estereótipos e reivindicam novas formas de representação, especialmente no que diz respeito à diversidade e à inclusão.

É possível compreender a *fanfiction* como uma prática de alfabetização midiática crítica que integra a criação artística à reflexão social. Quando um jovem leitor se apropria de uma narrativa existente para reconfigurá-la sob seu ponto de vista, ele realiza um ato educativo. Isso quer dizer que ele lê criticamente, interpreta, avalia e produz um novo texto inserido em um contexto cultural e político.

A inserção das *fanfictions* no campo educacional amplia o escopo da alfabetização midiática, pois aproxima a escola da cultura digital que constitui o cotidiano dos estudantes. Ao reconhecer essas produções como objetos legítimos

de estudo e expressão, o educador contribui para a valorização de diferentes vozes e repertórios culturais, fortalecendo a relação entre linguagem, identidade e poder.

Compreende-se, desta forma, que a *fanfiction* se trata de uma manifestação cultural, uma prática pedagógica que desafia modelos tradicionais de ensino e convida à construção de uma educação mais dialógica, inclusiva e conectada com as realidades contemporâneas.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar de que modo a *fanfiction* pode constituir-se como prática de alfabetização midiática e como instrumento de inclusão educacional voltado à valorização de narrativas de grupos historicamente marginalizados.

Busca-se responder às seguintes perguntas: (1) como as *fanfictions* operam como espaços de autoria, pertencimento e formação crítica?; (2) de que maneira essas narrativas digitais dialogam com políticas públicas de educação inclusiva e com os princípios de diversidade presentes na LDB, no PNE e na BNCC?; e (3) quais potencialidades pedagógicas emergem quando a escola reconhece e integra práticas culturais digitais ao processo formativo?

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo é de caráter qualitativo e teórico-bibliográfico, entendida como um procedimento de pesquisa que toma como fontes principais livros, artigos científicos, teses, documentos oficiais e produções teóricas relacionadas à alfabetização midiática, cultura participativa e educação inclusiva. No interior dessa abordagem bibliográfica, desenvolve-se uma revisão de literatura, isto é, um processo de leitura crítica, seleção, organização e análise interpretativa das contribuições dos autores que fundamentam o debate sobre narrativas marginalizadas e práticas educativas digitais.

Assim, a pesquisa bibliográfica constitui o método de investigação, enquanto a revisão de literatura configura a etapa analítica em que essas produções são sistematizadas e discutidas. Essa distinção permite explicitar que o estudo não apenas consulta fontes, mas mobiliza seus aportes teóricos para construir uma interpretação integrada do tema.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite “analisar e discutir ideias, conceitos e contribuições presentes em produções teóricas, de modo a fundamentar e construir novas compreensões sobre o objeto de estudo”. Assim, o presente estudo articula um conjunto de obras e documentos que possibilitam compreender a potencialidade da *fanfiction* como prática educativa emancipatória, favorecendo processos de letramento, autoria e inclusão.

A leitura crítica dos textos foi orientada por uma abordagem inspirada em Paulo Freire (1996, 2005), para quem o ato de ler o mundo precede o ato de ler a palavra. A escolha da revisão bibliográfica como método, portanto, se configura como prática de reflexão e transformação, permitindo compreender como os discursos sobre educação, linguagem e diversidade se entrelaçam em contextos

de aprendizagem mediados pela cultura digital. A pesquisa também mobiliza as contribuições de Maria Teresa Eglér Mantoan (2003) e Carlos Skliar (2010), que discutem as dimensões éticas e políticas da inclusão, compreendendo-a como movimento de reconhecimento das diferenças e de reconstrução do espaço escolar.

Assim, esta metodologia busca sustentar uma análise original, crítica e integradora, que aproxima a revisão teórica da realidade educacional brasileira, reconhecendo o potencial das práticas narrativas e digitais como caminhos possíveis para uma educação mais inclusiva, participativa e significativa.

A revisão realizada é de natureza narrativa/interpretativa, com sistematização temática dos achados. As fontes foram levantadas por meio de buscas em bases e repositórios acadêmicos (por exemplo: Google Scholar, SciELO, Portal de Periódicos CAPES e catálogos de bibliotecas), utilizando combinações de descritores como “*fanfiction*”, “cultura participativa”, “alfabetização midiática/media literacy”, “media education”, “educação inclusiva”, “diversidade” e “políticas públicas educacionais”. Como critérios de inclusão, consideraram-se: (a) textos com contribuição teórica direta para *fanfictions*, alfabetização midiática e inclusão; (b) estudos sobre cultura digital e aprendizagem; e (c) documentos normativos brasileiros (BNCC, LDB, PNE). Excluíram-se fontes redundantes, não relacionadas ao campo educacional ou sem pertinência ao problema do estudo. A análise interpretativa foi orientada por categorias temáticas que emergiram do corpus: (1) autoria e pertencimento; (2) leitura crítica das mídias e competências formativas; (3) inclusão, diversidade e alinhamento com políticas públicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo fundamenta-se em contribuições dos estudos sobre cultura digital, alfabetização midiática e educação inclusiva, articulando autores que discutem *fanfictions* enquanto práticas culturais participativas, media education e políticas públicas educacionais voltadas à diversidade. O objetivo desta seção é sustentar analiticamente a discussão proposta, oferecendo os conceitos e perspectivas que orientam a interpretação dos resultados da revisão. Para fins de organização, o referencial está estruturado em três eixos: (i) *fanfiction*, narrativas marginalizadas e cultura participativa; (ii) alfabetização midiática e práticas educativas digitais; e (iii) inclusão, diversidade e políticas públicas de educação.

Fanfiction, Narrativas Marginalizadas e Cultura Participativa

A escola contemporânea se encontra diante do desafio de reconhecer a pluralidade de vozes que constituem a experiência humana e incorporá-las ao processo educativo. As chamadas narrativas marginalizadas, produzidas por sujeitos historicamente silenciados nos espaços formais de ensino e na cultura dominante, emergem sobretudo no ambiente digital como instrumentos de resistência, pertencimento e expressão identitária (Freire, 1996; Candau, 2011). Veiculadas em blogs, redes sociais e plataformas literárias como o Wattpad, essas

narrativas expressam afetos, experiências e modos de vida que questionam padrões hegemônicos de normalidade, gênero, raça e capacidade.

Ao trazer esses textos e narrativas para o campo da educação, observa-se que a produção cultural, antes restrita à esfera do entretenimento, passa a assumir dimensões formativas e políticas. As *fanfictions*, nesse contexto, exemplificam uma prática em que sujeitos subalternizados ocupam o lugar de autoria, transformando o ato de narrar em gesto de afirmação identitária (Jenkins, 2009). Essas produções permitem que estudantes, jovens escritores e leitores se vejam representados, revisitem suas vivências e reconheçam-se como agentes ativos na construção do conhecimento. Conforme Jenkins (2009), o que antes era compreendido como “produção amadora” adquire valor pedagógico ao favorecer processos de leitura crítica, empatia e reflexão sobre as relações sociais.

Essas práticas ampliam o repertório de identidades possíveis, promovendo um processo educativo que convida à empatia, à desconstrução de estigmas e à compreensão das múltiplas formas de ser e aprender. Candau (2011) e Buckingham (2003) destacam que práticas culturais tornam-se educativas na medida em que produzem sentidos sobre inclusão, identidade e representatividade. Elas evidenciam que a aprendizagem pode ocorrer também em espaços não formais, mediados pela linguagem, pela arte e pela convivência digital. Ao reconhecer a legitimidade dessas narrativas, a escola amplia sua função social e transforma-se em um ambiente capaz de acolher diferentes experiências cognitivas, culturais e afetivas.

Desse modo, as narrativas marginalizadas podem ser compreendidas como territórios de inclusão simbólica e pedagógica, nos quais o sujeito aprende sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Elas contribuem para a construção de uma educação comprometida com a equidade, com a justiça social e com o reconhecimento da diferença como princípio formativo.

Alfabetização Midiática e Práticas Educativas Digitais

No campo educacional, a prática literária colaborativa das *fanfictions* contribui para a formação de leitores e autores críticos, capazes de compreender como as narrativas moldam identidades e realidades sociais. Em diálogo com Freire (1996), pode-se afirmar que a *fanfiction* promove uma pedagogia da palavra e da escuta, na qual o sujeito lê e escreve para existir, para se ver no mundo e para produzir novos sentidos sobre si e sobre o outro. Essa dimensão ética e política da escrita digital encontra ressonância nas discussões sobre alfabetização midiática, ao afirmar o direito de todos à expressão, à criação e à participação nos ambientes comunicacionais.

A escrita de *fanfictions* aproxima-se dessa perspectiva ao permitir que o indivíduo se expresse a partir de sua própria voz, criando narrativas que traduzem sua visão de mundo e sua experiência de existência. O processo de escrita e leitura nesses espaços digitais é fundamentalmente dialógico: cada história escrita constitui também uma escuta do outro, uma resposta a narrativas anteriores e uma abertura para novos sentidos. Assim, o ato de escrever *fanfiction* pode ser compreendido

como uma prática freiriana, na qual o sujeito aprende, ensina e se humaniza por meio da linguagem.

Essa dimensão dialógica se intensifica na dinâmica das comunidades de fãs, em que o texto nunca é estático ou fechado. Jenkins (2009) destaca que cada leitor pode comentar, sugerir, reescrever ou expandir a história, em um processo contínuo de construção coletiva do conhecimento. Essa interação constante materializa a pedagogia da escuta proposta por Freire, pois reconhece que a aprendizagem nasce do diálogo, da alteridade e do afeto. As *fanfictions* tornam-se, assim, espaços de educação não formal que cultivam o respeito às diferenças e o reconhecimento do outro como sujeito de saber, oferecendo inspiração para pensar a escola como uma comunidade de criação, na qual a voz do estudante ocupa lugar legítimo e transformador.

Além disso, as *fanfictions* operam como espaços de alfabetização midiática e emocional. Ao escrever e compartilhar suas histórias, os autores exercitam competências de linguagem, criatividade e empatia, ao mesmo tempo em que constroem comunidades de apoio e aprendizagem. Essas redes funcionam como ambientes de ensino não formal nos quais as diferenças são aceitas e valorizadas. Sob a ótica educacional, tais produções revelam uma pedagogia implícita, que se realiza no afeto, na coletividade e na autoria compartilhada, convertendo as narrativas digitais em ferramentas de conscientização e inclusão social.

Quando personagens autistas, com TDAH, dislexia ou outras configurações neurológicas passam a ser narrados, autores de *fanfiction* transformam suas experiências em material simbólico, contribuindo para o reconhecimento social e educativo de modos de ser historicamente estigmatizados. A escrita, nesse sentido, torna-se expressão artística, ato de autoafirmação e prática de formação crítica (Beneti, 2022).

Inclusão, Diversidade e Políticas Públicas de Educação

A discussão sobre narrativas marginalizadas e práticas culturais digitais, como as *fanfictions*, insere-se em um contexto educacional que, nas últimas décadas, tem reafirmado o compromisso com a diversidade, a equidade e a inclusão como princípios estruturantes da educação brasileira. As políticas públicas contemporâneas, representadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), configuram um arcabouço normativo que orienta as instituições escolares na construção de ambientes de aprendizagem que reconheçam e valorizem as diferenças.

A BNCC (2018) estabelece, em suas competências gerais, a necessidade de promover uma educação integral, crítica e cidadã, capaz de formar sujeitos que saibam se expressar, argumentar, criar e conviver com a diversidade. Ao enfatizar valores como respeito à pluralidade cultural, a BNCC propõe um modelo formativo que ultrapassa a dimensão cognitiva e alcança as dimensões ética, estética e social. Nesse sentido, práticas de alfabetização midiática, como a leitura e a produção de

fanfictions, podem ser compreendidas como estratégias de concretização dessas competências, pois articulam letramento digital, identidade e participação social.

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) reafirma a educação inclusiva e equitativa como meta transversal das políticas educacionais, reconhecendo a importância de garantir acesso, permanência e aprendizagem a todos os estudantes, com atenção especial aos grupos em situação de vulnerabilidade social, étnica, de gênero e de deficiência. A inserção de *fanfictions* e outras narrativas digitais no campo educacional abre caminhos para práticas pedagógicas que materializam essas metas, ao promover espaços de escuta, acolhimento e representatividade. Kellner (1995; 2018) contribui para essa reflexão ao afirmar que a leitura e a escrita de narrativas produzidas por sujeitos pertencentes a grupos minoritários materializam, na prática, os princípios de inclusão e equidade defendidos pelo PNE.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) consolida a educação como direito de todos e dever do Estado, orientada pelos princípios da igualdade de condições para acesso e permanência na escola, da liberdade de aprender e ensinar e do respeito à diversidade. A LDB fornece bases para compreender a inclusão não apenas como adaptação curricular, mas como transformação ética e política da escola, reconhecendo o diferente como elemento essencial à produção de conhecimento e à convivência democrática.

Autores como Maria Teresa Mantoan (2003) e Carlos Skliar (2010) ampliam essa concepção ao defender que a educação inclusiva não se limita à presença física de sujeitos com deficiência, mas envolve o reconhecimento da diferença como princípio pedagógico e epistemológico. Para Mantoan (2003), a inclusão representa uma mudança de paradigma que redefine o papel da escola e o sentido da aprendizagem, exigindo a reconstrução contínua de currículos, linguagens e metodologias a partir da diversidade. Skliar (2010), por sua vez, acrescenta uma dimensão ética ao debate ao afirmar que incluir não é assimilar o diferente a um padrão de normalidade, mas criar espaços de coexistência em que a diferença possa permanecer diferença. Essa ética da alteridade desloca a diferença do campo do problema para o campo do encontro.

Na perspectiva de Freire (1996) e Candau (2011), a educação inclusiva fundamenta-se no diálogo como eixo de toda prática pedagógica emancipadora. Ensinar é um ato político que se realiza na relação com o outro, na escuta e na construção compartilhada do conhecimento. Freire compreende a educação como prática da liberdade, na qual educadores e educandos aprendem conjuntamente a partir do encontro entre experiências diversas. Candau, ao propor uma educação intercultural crítica, destaca a importância de práticas pedagógicas que valorizem identidades culturais, étnicas, de gênero e religiosas, deslocando o olhar da homogeneização para a pluralidade e apostando no diálogo como via de transformação social.

As perspectivas de Mantoan, Skliar, Freire e Candau convergem ao afirmar que a educação inclusiva ultrapassa o campo da técnica e se inscreve nos campos da ética, da política e da estética. Incluir, nessa lógica, não significa adaptar o

diferente a um modelo preexistente, mas reconstruir o próprio modelo educativo a partir da diferença. Essa concepção abre espaço para práticas pedagógicas inovadoras, como o uso de *fanfictions* e outras narrativas digitais, que permitem aos estudantes expressar identidades plurais e desenvolver competências críticas em diálogo com o mundo contemporâneo. Ao possibilitar que sujeitos historicamente marginalizados ocupem o lugar de autoria, a *fanfiction* reafirma-se como prática educativa capaz de articular linguagem, identidade e inclusão, contribuindo para uma educação mais sensível, plural e transformadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da revisão de literatura indicam que a *fanfiction*, enquanto prática cultural digital, apresenta potencialidades significativas para a alfabetização midiática e para a promoção de uma educação inclusiva, especialmente no que se refere à valorização de narrativas marginalizadas. A análise das fontes permitiu organizar os achados em três categorias analíticas: (i) *fanfiction* como espaço de autoria, pertencimento e reconhecimento identitário; (ii) *fanfiction* como prática de alfabetização midiática e formação crítica; e (iii) convergências entre *fanfictions*, inclusão e políticas públicas educacionais. A seguir, cada uma dessas categorias é apresentada e discutida à luz do referencial teórico adotado.

Fanfiction como Espaço de Autoria, Pertencimento e Reconhecimento Identitário

O primeiro resultado da revisão evidencia que as *fanfictions* operam como espaços privilegiados de autoria e pertencimento, sobretudo para sujeitos historicamente marginalizados nos circuitos culturais e educacionais formais. As produções analisadas na literatura apontam que, ao possibilitar que qualquer pessoa escreva, publique e compartilhe narrativas, as *fanfictions* rompem com hierarquias tradicionais de legitimação do discurso e democratizam o acesso à produção simbólica (Jenkins, 2009).

Esse movimento revela que a autoria, nesse contexto, não se restringe ao domínio técnico da escrita, mas constitui um gesto político de afirmação identitária. Narrativas produzidas por pessoas LGBTQIAP+, negras, periféricas, neurodivergentes ou com deficiência transformam experiências pessoais em material simbólico, ampliando a visibilidade social de modos de ser frequentemente silenciados. Conforme discutido por Candau (2011) e Freire (1996), reconhecer essas narrativas implica reconhecer o sujeito como produtor de conhecimento e de cultura, deslocando-o da posição de objeto para a de agente do processo educativo.

Do ponto de vista educacional, esse resultado indica que a *fanfiction* favorece a construção de vínculos de pertencimento e reconhecimento, elementos centrais para processos de aprendizagem significativos. Ao se verem representados e legitimados, os sujeitos fortalecem sua relação com a linguagem, com a escola e com o conhecimento, o que aponta para o potencial inclusivo dessas práticas no contexto formativo.

Fanfiction como Prática de Alfabetização Midiática e Formação Crítica

A segunda categoria analítica refere-se à *fanfiction* como prática de alfabetização midiática, compreendida não apenas como domínio técnico das tecnologias, mas como desenvolvimento de competências críticas, éticas e expressivas no uso das mídias. A literatura revisada aponta que a leitura e a produção de *fanfictions* mobilizam habilidades de interpretação, argumentação, criatividade e empatia, configurando-se como práticas de letramento que articulam linguagem, cultura e tecnologia (Buckingham, 2003; Kellner, 1995; 2018).

Nesse sentido, a *fanfiction* se apresenta como um dispositivo formativo que favorece a leitura crítica das narrativas midiáticas, uma vez que os sujeitos não apenas consomem conteúdos, mas os reescrevem, reinterpretam e resignificam. Esse processo aproxima-se da concepção freiriana de educação como prática dialógica, na qual o conhecimento se constrói na interação entre sujeitos e experiências (Freire, 1996). A escrita digital, ao possibilitar comentários, revisões e reescritas coletivas, intensifica essa dimensão dialógica e colaborativa da aprendizagem.

Além disso, a revisão indica que as comunidades de fãs funcionam como espaços de educação não formal, nos quais a aprendizagem ocorre por meio da troca, da escuta e do afeto. Jenkins (2009) destaca que essas comunidades operam a partir de uma lógica participativa, em que o texto permanece aberto e em constante transformação. Esse funcionamento materializa uma pedagogia da escuta, na qual aprender implica reconhecer o outro como interlocutor legítimo, aspecto central para a formação crítica e cidadã no contexto da cultura digital.

Fanfiction, Inclusão Educacional e Políticas Públicas

A terceira categoria analítica evidencia convergências entre as práticas de *fanfiction* e os princípios de inclusão e diversidade presentes nas políticas públicas educacionais brasileiras. A BNCC (2018) estabelece, entre suas competências gerais, a valorização da diversidade, da cultura digital e da expressão criativa como elementos fundamentais da formação integral dos estudantes. A *fanfiction*, enquanto prática de leitura e produção textual mediada por tecnologias, alinha-se a essas diretrizes ao articular letramento digital, autoria e participação social.

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) reafirma a educação inclusiva e equitativa como eixo transversal das políticas educacionais, destacando a necessidade de garantir acesso, permanência e aprendizagem para todos os estudantes, especialmente aqueles pertencentes a grupos historicamente vulnerabilizados. A revisão indica que práticas pedagógicas baseadas em narrativas digitais, como as *fanfictions*, contribuem para a concretização dessas metas ao promover espaços de escuta, acolhimento e representatividade, em consonância com os princípios de equidade defendidos pelo PNE (Kellner, 2018).

A LDB (Lei nº 9.394/1996), por sua vez, fundamenta a educação como direito de todos e orienta o sistema educacional pelos princípios da igualdade de condições, da liberdade de aprender e ensinar e do respeito à diversidade. Autores como Mantoan (2003) e Skliar (2010) ampliam essa compreensão ao afirmar que a inclusão não se limita à presença física de sujeitos considerados “diferentes”, mas implica a transformação ética, política e pedagógica da escola. Nesse horizonte, a *fanfiction* pode ser compreendida como uma prática educativa que favorece a reconstrução do currículo a partir da diferença, reconhecendo múltiplos modos de aprender, expressar e significar o mundo.

Assim, os resultados da revisão indicam que a integração de *fanfictions* ao contexto educacional não apenas dialoga com as políticas públicas vigentes, mas também amplia suas possibilidades de concretização, ao promover uma educação sensível à pluralidade, à autoria e à participação crítica dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto marcado pela centralidade das mídias digitais na produção de sentidos e identidades, a escola é convocada a reconhecer práticas culturais contemporâneas como espaços legítimos de aprendizagem. As *fanfictions*, nesse cenário, destacam-se como práticas que articulam linguagem, cultura e participação, oferecendo possibilidades formativas sensíveis à diversidade e à inclusão.

Este estudo teve como objetivo analisar a *fanfiction* como prática de alfabetização midiática e instrumento de inclusão educacional voltado à valorização de narrativas marginalizadas. A revisão de literatura permitiu sistematizar três resultados centrais. O primeiro evidencia que as *fanfictions* operam como espaços de autoria e pertencimento, ampliando a visibilidade e o reconhecimento identitário de sujeitos historicamente silenciados. Ao ocupar o lugar de autor, o sujeito transforma a narrativa em gesto de afirmação e produção de conhecimento.

O segundo resultado aponta que a *fanfiction* atua como prática de alfabetização midiática ao favorecer a leitura crítica, a produção ética de sentidos e a participação ativa nos ambientes digitais. A escrita e a circulação dessas narrativas mobilizam competências de interpretação, empatia e diálogo, configurando processos formativos que extrapolam o uso instrumental das tecnologias e se inscrevem no campo da formação crítica e cidadã.

O terceiro resultado indica convergências entre as práticas de *fanfiction* e os princípios de diversidade e inclusão presentes nas políticas públicas educacionais brasileiras, como a BNCC, a LDB e o PNE. Ao valorizar múltiplas linguagens, experiências e modos de aprender, essas narrativas digitais ampliam as possibilidades de concretização de uma educação inclusiva, democrática e plural.

Como limitação do estudo, destaca-se seu caráter teórico-bibliográfico, que não contempla investigações empíricas em contextos escolares específicos nem a análise de corpora de *fanfictions* produzidas por estudantes. Pesquisas futuras podem avançar por meio de estudos de campo, análises de produções autorais

e avaliações de práticas pedagógicas que integrem *fanfictions* ao currículo, investigando seus impactos na aprendizagem, na participação e na inclusão.

Dessa forma, conclui-se que a *fanfiction* constitui um dispositivo pedagógico potente para pensar a relação entre mídia e educação, ao promover autoria, diálogo e reconhecimento da diferença como princípio formativo. Ao dialogar com as práticas culturais digitais, a escola amplia sua função social e reafirma a linguagem como caminho de inclusão, escuta e transformação.

REFERÊNCIAS

- BENETI, Mariana Bento. **Representação de Personagens e Personas em Minorias Sociais (REPPEMS): a comunicação inclusiva de autistas nos Fandoms**. Tese de doutorado apresentado na Unisinos, 2022.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996)**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.
- _____. **Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014)**. Brasília: Ministério da Educação, 2014.
- BUCKINGHAM, David. **Media education: literacy, learning and contemporary culture**. Cambridge: Polity Press, 2003.
- CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural: entre o mito e a realidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. **The media education manifesto**. Cambridge: Polity Press, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- JENKINS, Henry; ITO, Mizuko; BOYD, Danah. **Participatory culture in a networked era: a conversation on youth, learning, commerce, and politics**. Cambridge: Polity Press, 2016.
- KELLNER, Douglas. **Media culture: cultural studies, identity and politics between the modern and the postmodern**. London: Routledge, 1995.
- _____; SHARE, Jeff. **The critical media literacy guide: engaging media and transforming education**. Leiden: Brill Sense, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

RIVOLTELLA, Pier Cesare. **Media Education: modelli, esperienze, profilo disciplinare.** Roma: Carocci, 2008.

_____. **Media, educazione e formazione.** Brescia: La Scuola, 2012.

SKLIAR, Carlos. **Incluir para excluir: a (im)possível inclusão.** Rio de Janeiro: DP&A, 2010.

_____. Incluir o quê? singularidades, normalidade e diferenças na educação. In: SKLIAR, Carlos (org.). **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2010. p. 15-35.